

CONJUNTURA



06
2025



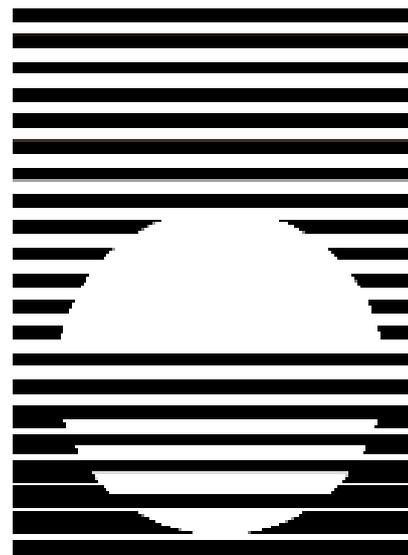
CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).



Corpo Editorial

Editor Executivo: Guilherme Fritz.

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque.

Editoria de Redação: Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Marília Closs, Matheus Petrelli, Lucas Berti, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista.

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

OPSA

opsa.com.br



SUMÁRIO

Página 04

Lula realiza visita de Estado à França

Lula comparece às cúpulas de Brasil-Caribe e G7

Página 05

Suprema Corte argentina ratifica prisão domiciliar de Cristina Kirchner

Reforma trabalhista é aprovada na Colômbia após disputa entre governo e Senado

Página 06

Pré-candidato à presidência colombiana sofre atentado

Colômbia é eleita como membro rotativo do Conselho de Segurança e admitida no Novo Banco de Desenvolvimento

Eleições primárias definem candidatura da coalizão governista no Chile

Página 07

Com fragmentação da esquerda e ausência da candidatura de Evo Morales, corrida eleitoral se acirra na Bolívia

Equador aprova pacote de medidas para o endurecimento de políticas de segurança

Página 08

Aprovação de Lei de Anistia no Congresso do Peru repercute no país e internacionalmente

Presidente do Paraguai viaja à Índia e reforça relações bilaterais

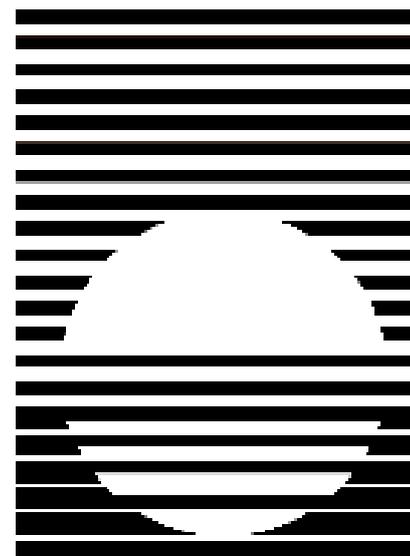
Página 09

Uruguai e Venezuela reativam serviços consulares após um ano de ruptura diplomática

Presidente Irfaan Ali pede participação chinesa em questões de segurança da Guiana

Página 10

OEA elege candidata dos Estados Unidos para Comissão de Direitos Humanos



Lula realiza visita de Estado à França

Entre os dias 4 e 9 de junho de 2025, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou uma visita de Estado à França. No dia 5, Lula se reuniu com o presidente francês Emmanuel Macron no Palácio do Eliseu, onde assinaram acordos bilaterais nas áreas de energia, saúde, ciência e tecnologia, segurança e educação. Em coletiva à imprensa, ambos afirmaram a necessidade de reforma da governança global, a defesa do multilateralismo, o combate ao extremismo e a urgência de políticas de combate às mudanças climáticas. Além disso, dirigindo-se a Macron, Lula declarou que não deixará a presidência do Mercosul (a ser assumida em julho, por um período de seis meses) sem concluir o acordo comercial com a União Europeia, finalizado em dezembro de 2024, mas cuja ratificação ainda está em debate. No mesmo dia, Lula recebeu duas homenagens: o título de doutor honoris causa pela Universidade de Paris 8 e uma distinção inédita da Academia Francesa, tornando-se o segundo brasileiro a ser homenageado pela instituição desde Dom Pedro II, em 1872. Na ocasião, a Academia anunciou a inclusão do termo “multilateralismo” em seu dicionário, reconhecendo a atuação diplomática do presidente brasileiro nesse tema. No dia 9, Lula participou da abertura da 3ª Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano (UNOC3), em Nice, onde discursou sobre a relevância da “Amazônia Azul” na luta contra as mudanças climáticas e anunciou três compromissos para o seu desenvolvimento sustentável: adoção de soluções baseadas na natureza e na resiliência climática; criação de novas unidades de conservação com foco em sociobiodiversidade; e implantação de planejamento espacial marinho em toda a costa do país. Lula também participou do encerramento do Fórum Econômico Brasil-França, visitou a principal base naval francesa em Toulon (onde o país mantém submarinos nucleares, tema de cooperação bilateral) e, no dia 9, esteve na sede da Interpol, em Lyon. Lá, prestigiou o secretário-geral da organização, o brasileiro Valdecy Urquiza, e assinou uma Declaração de Intenções com foco no combate ao crime organizado transnacional e na modernização da segurança pública no Brasil e na América Latina.

Fontes: [R7](#), 02/06/2025; [UOL](#), 05/06/2025; [Congresso em Foco](#), 08/06/2025; [Folha de S. Paulo](#), 09/06/2025; [UOL](#), 10/06/2025.

Lula comparece às cúpulas de Brasil-Caribe e G7

Ao longo do mês de junho, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva participou de dois eventos diplomáticos multilaterais marcados, respectivamente, pela presença de países do Sul e do Norte: a Cúpula Brasil-Caribe e a Cúpula do G7. A reunião com os chefes de Estado caribenhos ocorreu no dia 13, em Brasília, e teve cinco pontos na agenda: segurança alimentar e nutricional, mudanças climáticas, transição energética, gestão de riscos e conectividade. Em discurso na abertura oficial do evento, Lula anunciou um aporte de US\$ 5 milhões ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB), destacou o compartilhamento de imagens de satélites meteorológicos sino-brasileiros com os países da região como medida para reduzir riscos de desastres ambientais, estimulou parcerias na produção de biocombustíveis, informou que a Polícia Federal brasileira irá treinar 400 policiais haitianos para mitigar a crise de ordem pública no país, lembrou que o projeto brasileiro Rodas de Integração Sul-Americana prevê aumentar conexões logísticas do Brasil com os vizinhos, elogiou a eleição de Albert Ramdin para a Secretaria-Geral da OEA e reivindicou o fortalecimento da CELAC. A cúpula criou o Fórum Ministerial Brasil-Caribe para estreitar contatos entre as partes. Em seguida, no dia 17, Lula viajou ao Canadá para a Cúpula do G7. Em discurso na reunião, defendeu o fortalecimento do papel da ONU na resolução de conflitos, condenou ataques de Israel a instalações nucleares do Irã e criticou a seletividade de países que não reconhecem a existência de um Estado palestino, agravando a instabilidade do Oriente Médio. O presidente brasileiro também defendeu a elaboração de parcerias baseadas em benefícios mútuos e sustentáveis, alertando contra disputas geopolíticas por recursos que ameaçam biomas como a Amazônia e os fundos marinhos. Também criticou os países ricos por falharem em financiar adequadamente a transição ecológica dos países em desenvolvimento e cobrou a participação dos chefes de Estado na COP30, que ocorrerá em Belém, em novembro. Apesar de encontros agendados com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, e com o chanceler alemão, Friedrich Merz, essas reuniões foram canceladas devido a problemas de agenda dos homólogos. Lula, entretanto, se reuniu com o primeiro-ministro canadense, Mark Carney; a presidente do México, Claudia Sheinbaum; o

primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi; o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa; e o primeiro-ministro da Coreia do Sul, Lee Jae-myung.

Fontes: [Brasil](#), 09/06/2025; [Brasil](#), 13/06/2025; [UOL](#), 17/06/2025; [BBC](#), 17/06/2025; [Valor](#), 18/06/2025.

Suprema Corte argentina ratifica prisão domiciliar de Cristina Kirchner

No dia de 10 de junho, a Suprema Corte argentina rejeitou por unanimidade o recurso da defesa da ex-presidenta Cristina Kirchner, que governou o país entre 2007 e 2015. Com isso, o tribunal manteve sua condenação a seis anos de prisão por corrupção, que serão cumpridos em domicílio devido ao fato de Kirchner ter mais de 70 anos, bem como a impede de disputar cargos públicos pelo resto da vida. O crime julgado diz respeito a um desvio de US\$ 1 bilhão em obras públicas na província de Santa Cruz, ocorrido durante os seus dois mandatos presidenciais, em benefício do empresário Lázaro Báez. A defesa da ex-mandatária contesta a decisão e afirma que não teve acesso a todas as evidências utilizadas no processo. Milhares de apoiadores ocuparam a Plaza de Mayo, um dos locais mais movimentados da região central da cidade de Buenos Aires, carregando bandeiras argentinas e cartazes com frases como “Argentina com Cristina” e a “A pátria não se vende”, como forma de denúncia à condenação, entendida como perseguição política. Chama a atenção o fato de a decisão judicial ter sido publicada poucos dias após Kirchner anunciar que concorreria às eleições legislativas deste ano. Além disso, a proibição vitalícia de assumir cargos públicos é polêmica, já que não há consenso no meio jurídico sobre a constitucionalidade da decisão. Líderes de esquerda da América do Sul se pronunciaram em solidariedade a Kirchner. O presidente Lula manifestou apoio público e solicitou autorização para visitar Kirchner durante a cúpula do Mercosul em julho de 2025. Lula comparou o caso ao seu próprio processo na Lava Jato, destacando a “estratégia de lawfare” contra líderes progressistas. Em tom parecido, o presidente colombiano, Gustavo Petro, disse ter conversado diretamente com Kirchner e classificou a condenação como um ato de “perseguição judicial” contra o progressismo latino-americano. O governo de Nicolás Maduro, por sua vez, emitiu nota oficial repudiando a “violação da soberania popular”, argumentando que a inabilitação

política de Kirchner feriu o direito dos argentinos de escolherem seus representantes.

Fontes: [BBC](#), 11/06/2025; [Brasil de Fato](#), 10/06/2025; [Clarín](#), 22/06/2025; [Deutsch Welle](#), 18/06/2025; [Página 12](#), 19/06/2025.

Reforma trabalhista é aprovada na Colômbia após disputa entre governo e Senado

No dia 3 de junho, o presidente colombiano, Gustavo Petro, anunciou que convocaria uma consulta popular via decreto. Dois anos depois da proposta de reforma trabalhista ter sido apresentada e não avançar no Senado, o governo preparou um plebiscito, que foi reprovado pela mesma casa por uma diferença de dois votos. Após alegação de fraude na votação, Petro afirmou que o senado teria 30 dias para refazê-la, caso contrário, o presidente convocaria a consulta popular via decreto. Inicialmente considerado inconstitucional, o líder do Executivo participou de uma reunião com diversos juristas e ex-membros da Corte Constitucional e anunciou, em 3 de junho, que o plebiscito via decreto seria “irrevogável”. Após a publicação, ao ser questionado sobre a possibilidade de a Corte Constitucional derrubar a convocação, Petro afirmou que buscaria outros mecanismos, inclusive, “convocar a Assembleia Nacional Constituinte nas eleições”. Em paralelo, o debate acerca da reforma trabalhista avançou no Senado e, no dia 17 de junho, a casa legislativa aprovou o projeto do governo. Com 57 votos a favor e 31 contra, a aprovação foi considerada uma vitória política de Petro, que promoveu um evento no qual assinou a lei. Considerada como um “passo fundamental para a sociedade colombiana”, além de oficializá-la, o presidente confirmou que revogará o decreto para a consulta popular, mas que, nas próximas eleições, entregará uma “cédula de votação para convocar uma Assembleia Nacional Constituinte”.

Fontes: [El Espectador](#), 03/06/2025; [AP News](#), 11/06/2025; [La Silla Vacía](#), 12/06/2025; [La Silla Vacía](#), 17/06/2025; [El Tiempo](#), 20/06/2025.

Pré-candidato à presidência colombiana sofre atentado

No dia 7 de junho, o senador e pré-candidato à presidência, Miguel Uribe Turbay, foi baleado na cabeça enquanto discursava em Bogotá, capital da Colômbia. Membro do partido Centro-Democrático, cuja maior força política é o ex-presidente Álvaro Uribe, Turbay atuava de forma crítica ao governo de Gustavo Petro. É válido ressaltar que, apesar de possuírem o mesmo sobrenome, o senador e Álvaro Uribe não são parentes. Por outro lado, a mãe de Miguel Turbay também foi morta por forças paralelas ao Estado. A jornalista Diana Turbay, filha do ex-presidente Julio Turbay, foi sequestrada por membros do cartel de Medellín e morta durante a operação de resgate. Com quatro anos na época, Miguel Turbay possui um histórico de presença familiar na política. Atacado por um adolescente de 15 anos, o senador sofreu dois disparos, passou por diversos procedimentos cirúrgicos e segue “lutando pela vida”. Apesar da prisão do autor dos disparos no mesmo dia, a investigação ainda não apresentou maiores informações sobre possíveis mandantes. O presidente Gustavo Petro reagiu afirmando que “este ato de violência é um ataque não apenas à integridade pessoal do senador, mas também à democracia, à liberdade de pensamento e ao exercício legítimo da política na Colômbia”. Além disso, Petro solicitou o aumento na segurança de outros pré-candidatos e figuras políticas relevantes, como Álvaro Uribe, María Fernanda Cabal, Abelardo de la Espriella y Victoria Eugenia Dávila. Em paralelo, o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, alegou que o atentado sofrido pelo senador estaria diretamente relacionado à “violenta retórica esquerdista”. Apesar da crítica estadunidense, Petro solicitou apoio de organizações de inteligência dos EUA para a investigação do caso. Em resposta ao atentado, no dia 15 de junho, milhares de colombianos participaram da “Marcha do Silêncio”. Com registros em 23 cidades, as manifestações contaram com a participação de políticos de diversos espectros e demonstraram apoio à recuperação de Miguel Uribe Turbay.

Fontes: [BBC](#), 07/06/2025; [El Colombiano](#), 07/06/2025; [Poder 360](#), 08/06/2025; [Infobae](#), 10/06/2025; [WRadio](#), 10/06/2025; [El Tiempo](#), 15/06/2025.

Colômbia é eleita como membro rotativo do Conselho de Segurança e admitida no Novo Banco de Desenvolvimento

No dia 3 de junho, a Colômbia foi eleita como membro rotativo do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU). Representando a América Latina e o Caribe, o país iniciará um mandato de dois anos em 2026. Substituindo a Guiana, a diplomacia colombiana será acompanhada pelo Panamá, República Democrática do Congo, Libéria, Letônia, Bahrein e os membros permanentes do Conselho - China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia. De acordo com a embaixadora da Colômbia na ONU, Leonor Zalabata, o país utilizará sua experiência no CSNU para “melhorar as condições da humanidade”. Em paralelo, no dia 19 de junho, a Ministra de Relações Exteriores colombiana, Laura Sarabia, anunciou a admissão do país ao Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). Criado pelas nações fundadoras dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul -, a entrada foi celebrada pela ministra como “uma notícia que transcende o financeiro e amplia os horizontes”. Além do anúncio, a liderança da pasta declarou que a admissão ao NBD não representa um desafio aos Estados Unidos. O ingresso, que foi efetivado pouco mais de um mês após a solicitação feita pelo presidente Gustavo Petro, teve seu anúncio oficial feito pela ex-presidente brasileira e atual do NBD, Dilma Rousseff, no Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo.

Fontes: [EFE](#), 03/06/2025; [El Colombiano](#), 19/06/2025; [El País](#), 19/06/2025; [Infobae](#), 19/06/2025.

Eleições primárias definem candidatura da coalizão governista no Chile

No dia 29 de junho, a coalizão partidária governista chilena, Unidade pelo Chile, realizou primárias para definir sua candidatura para as eleições presidenciais de novembro de 2025. As eleições foram disputadas por quatro pré-candidatos da esquerda chilena: Carolina Tohá, do Partido pela Democracia, que ocupou o Ministério do Interior no governo de Gabriel Boric entre 2022 e 2025; Jeannette Jara, do Partido Comunista, que esteve à frente do Ministério do Trabalho e Previdência Social no mesmo período; Gonzalo Winter, candidato da Frente Ampla, partido

liderado por Boric; e Jaime Mulet, da Federação Regionalista Verde, deputado entre 2018 e 2025. O presidente Gabriel Boric não pode se candidatar a um segundo mandato consecutivo, de acordo com a lei chilena. Jeannette Jara obteve uma vitória expressiva, com cerca de 60% dos votos, superando Tohá, que ficou com 28%. A vitória representa a primeira vez, desde a redemocratização do Chile, que um candidato do Partido Comunista encabeça uma candidatura única da esquerda. A corrida eleitoral primária foi marcada pelo agravamento do conflito entre Israel e Irã, com os ataques dos EUA a instalações nucleares iranianas no dia 21 de junho. No mesmo dia, Gabriel Boric condenou o ataque dos EUA, que considerou uma violação do Direito Internacional, e demonstrou preocupação com a escalada do conflito. O tema gerou discordâncias entre os pré-candidatos à presidência do Chile. Carolina Tohá apoiou a declaração de Boric, mas afirmou ser importante enfatizar que não compactua com “a postura do Irã de seguir adiante com seu programa nuclear.” Jeannette Jara se aproximou da posição de Tohá ao declarar que apoia a declaração de Boric, mas acredita ser importante destacar que o Irã “é um país que possui armamento perigoso.” Já Jaime Mulet considerou o posicionamento de Boric precipitado e pouco prudente, alinhando-se à reação da principal coalizão da direita tradicional, o Chile Vamos, que classificou a declaração como “apressada e imprudente.” A candidata do Chile Vamos, Evelyn Matthei, disputa, como favorita, os votos dos eleitores chilenos com Jeannette Jara em novembro de 2025.

Fontes: [La Tercera](#), 22/06/2025; [La Tercera](#), 22/06/2025; [CNN Brasil](#), 23/06/2025; [El País](#), 29/06/2025; [Poder360](#), 30/06/2025.

Com fragmentação da esquerda e ausência da candidatura de Evo Morales, corrida eleitoral se acirra na Bolívia

No dia 6 de junho, o Tribunal Supremo Eleitoral da Bolívia divulgou a lista dos 9 candidatos habilitados a disputar as eleições presidenciais, a serem realizadas em agosto de 2025. Após a divulgação da decisão, o restante do mês foi marcado pelas disputas políticas e protestos ao redor da corrida eleitoral. O cenário está marcado pela ampla fragmentação da esquerda boliviana, dividida em três principais candidaturas. Eva Copa está concorrendo pelo partido Morena, e

Andrónico Rodríguez, pela aliança Popular. Frente a sua baixa aprovação, Luis Arce, atual presidente, não irá disputar as eleições. O candidato à sucessão pelo Movimento ao Socialismo (MAS), partido de Arce, será Eduardo del Castillo, ex-ministro de governo. As primeiras pesquisas eleitorais mostram que as candidaturas de Samuel Doria Medina, pela aliança Unidade, do ex-vice-presidente Jorge Quiroga, pela aliança Libertad Y Democracia, e de Andrónico Rodríguez têm as maiores intenções de votos. A ausência da candidatura de Evo Morales, ex-presidente, tem levado a uma série de protestos por parte de seus apoiadores. O ex-presidente está inabilitado a disputar a presidência após a decisão, de dezembro de 2023, de impossibilidade de uma segunda reeleição para presidentes – sendo os mandatos seguidos ou não – por parte do Tribunal Constitucional Plurinacional. Com isso, entre os dias 10 e 12 de junho, os protestos contra a decisão intensificaram com bloqueios de estradas e episódios de violência, principalmente nos departamentos de Cochabamba e Potosí, e foram registrados 6 mortos e mais de 300 feridos. No dia 6 de junho, representantes do governo de Luis Arce anunciaram que as mobilizações sociais são uma tentativa de golpe de Estado por parte de Morales, alegando articulações ilegítimas para desestabilizar a administração do presidente.

Fontes: [El País](#), 06/06/2025; [Brasil de Fato](#), 07/06/2025; [El País](#), 12/06/2025; [La Razón](#), 16/06/2025; [The Guardian](#), 17/06/2025.

Equador aprova pacote de medidas para o endurecimento de políticas de segurança

No dia 3 de junho, a Assembleia Nacional do Equador aprovou uma proposta de emenda constitucional enviada pelo presidente Daniel Noboa, que autoriza a instalação de bases estrangeiras no país. A proposta recebeu 81 votos favoráveis de 151 legisladores, contando com o apoio de parlamentares fora da bancada governista. Já no dia 8 de junho, a Assembleia Nacional aprovou a Lei de Solidariedade Nacional, que estabelece regras para sanções econômicas contra organizações criminosas e aborda o financiamento de incidentes violentos, recrutamento de menores e atos de terrorismo doméstico. A lei, aprovada com 84 votos favoráveis, permite que empresas privadas destinem 30% de seus impostos de renda à compra de equipamento militar e policial. Na mesma linha

de aprovações de novas medidas, em 9 de maio, o governo do Equador anunciou uma nova portaria que estabelece a exigência de visto para entrada no país para cidadãos de 45 nacionalidades. Esta medida visa restringir a circulação de indivíduos envolvidos em redes internacionais de crime organizado, principalmente relacionadas ao tráfico de drogas. Os países que agora necessitam de visto incluem Síria, Vietnã, Venezuela, Afeganistão, Índia, Iraque e China, muitos dos quais foram selecionados alinhando-se com os interesses do governo de Donald Trump em limitar a circulação de potenciais imigrantes ilegais e traficantes de fentanil nos Estados Unidos. Neste contexto de endurecimento de medidas de segurança, no final de junho, o governo equatoriano registrou duas operações que foram consideradas pelo governo como sucessos policiais significativos. Em 25 de junho, Adolfo Macías, líder dos narcotraficantes Los Choneros, foi capturado após fugir da prisão em Guayaquil em janeiro de 2024. Em 26 de junho, Roberto Álvarez Vera, líder do grupo guerrilheiro Comandos de La Frontera, responsável pela morte de 11 militares, foi preso em Abu Dhabi em uma operação com a Interpol e aguarda extradição para julgamento no Equador.

Fontes: [Deutsche Welle](#), 03/06/2025; [Infobae](#), 08/06/2025; [Infobae](#), 09/06/2025; [CNN Latinoamerica](#), 25/06/2025; [Deutsche Welle](#), 26/06/2025.

Aprovação de Lei de Anistia no Congresso do Peru repercute no país e internacionalmente

No dia 11 de junho, o plenário do Congresso do Peru aprovou uma lei de anistia que beneficia membros das Forças Armadas, da Polícia Nacional do Peru (PNP) e de comitês de autodefesa. A medida abrange indivíduos que estejam acima dos setenta anos, processados ou condenados por crimes relacionados à violação de direitos humanos durante o conflito armado interno entre 1980 e 2000. A lei foi aprovada em sua primeira votação com 61 votos a favor, 43 contrários e 3 abstenções, contando com maioria garantida pelas bancadas da direita. O presidente da Comissão de Constituição e Regulamento, Fernando Rospigliosi, do partido Força Popular, sinalizou que a proposta é um exercício soberano da função legislativa e que esses grupos “enfrentaram com coragem” o terrorismo durante o conflito armado. O parlamentar

que apresentou a proposta, Jorge Manrique, do partido Honra e Democracia, argumentou que a medida é “justa e necessária” e visa encerrar processos judiciais “intermináveis”, que considera injustos ou motivados por “vingança”. Por outro lado, a aprovação desta lei gerou forte condenação e preocupação por parte de diversas organizações de direitos humanos, juristas e parlamentares da oposição, que veem a medida como um grave retrocesso e uma ameaça à justiça e reparação. Os deputados que votaram contra classificaram a lei como nefasta e desrespeitosa com as vítimas e suas famílias. Ainda em âmbito institucional, o Ministério Público peruano se opôs à medida e declarou que a Corte Interamericana de Direitos Humanos já considerou inadmissíveis leis de anistia para crimes contra a humanidade. Já organizações de DH como Anistia Internacional e Centro pela Justiça e Direito Internacional (CEJIL) afirmaram que a lei viola o acesso à memória, verdade e justiça e perpetua a impunidade para crimes contra os DH. A lei precisará passar ainda por uma segunda votação no plenário para ser aprovada.

Fontes: [Congresso do Peru](#), 10/06/2025; [Congresso do Peru](#), 12/06/2025; [La República](#), 13/06/2025; [Anistia Internacional](#), 13/06/2025; [CEJIL](#), 16/06/2025; [Diário Constitucional](#), 18/06/2025.

Presidente do Paraguai viaja à Índia e reforça relações bilaterais

Entre 2 e 4 de junho, Santiago Peña realizou uma viagem presidencial à Índia. O intuito da visita de Estado consistiu na ampliação da cooperação bilateral. Ao chegar, foi recebido com honras militares e diplomáticas pelo ministro de Estado de Assuntos Corporativos do país, Shri Harsh Malhotra. Durante uma conferência da imprensa, o secretário de Assuntos Exteriores da Índia, Kumaran Periasamy, afirmou que “dada a sua localização central na América do Sul, poderíamos utilizar o Paraguai como plataforma para ascender a outros mercados na região”. Em uma das reuniões bilaterais, Peña se encontrou com o chanceler Subrahmanyam Jaishankar, momento no qual trataram sobre oportunidades de cooperação nas áreas de tecnologia, ciência, educação, economia e comércio. Como resultado oficial do encontro, as autoridades assinaram um Memorando de Entendimento para o estabelecimento de uma Comissão Conjunta, que assenta bases para o avanço de projetos de

cooperação. Em outra ocasião, Peña se reuniu com o primeiro-ministro do país, Narendra Modi. Modi salientou que o Paraguai é “um sócio valioso na América do Sul” e que ambas as nações estão unidas por “valores compartilhados”. Também merece destaque o encontro realizado entre os presidentes de ambos os países, Peña e Droupadi Murmu. Na reunião, coincidiram sobre o grande potencial que existe para o aprofundamento de laços de amizade e cooperação, sobre os valores compartilhados e as visões comuns a respeito de temas relevantes para o mundo. Em termos da projeção comercial do país, Peña aproveitou a visita de Estado para se reunir com líderes da companhia agrícola UPL, uma das maiores do mundo no setor de fertilizantes, sementes e tecnologias para a agricultura. O presidente paraguaio também realizou um encontro estratégico com mais de 100 diretores executivos de startups da Índia, como representantes de setores como logística, transporte, energia e farmacêutico. O intuito foi promover o país como uma plataforma ideal para a expansão de investimentos na América Latina. Por fim, no que se refere a investimentos, a visita de Estado foi frutífera para o Paraguai, posto que houve a assinatura de um acordo entre as empresas Enersur S.A. e Praj Industries, com um aporte de US\$150 milhões para a construção de uma nova planta de biocombustível em Canindeyú, no Paraguai.

Fontes: [La Nación](#), 02/06/2025; [La Nación](#), 02/06/2025; [Ultima Hora](#), 02/06/2025; [Presidencia](#), 02/06/2025; [La Nación](#), 02/06/2025; [La Nación](#), 02/06/2025; [La Nación](#), 03/06/2025; [La Nación](#), 03/06/2025; [La Nación](#), 04/06/2025.

Uruguai e Venezuela reativam serviços consulares após um ano de ruptura diplomática

No dia 12 de junho, Uruguai e Venezuela acordaram em retomar os serviços consulares entre os países, após um ano do rompimento das relações diplomáticas. Desde julho de 2024, essas relações estavam suspensas devido às eleições presidenciais realizadas no país caribenho, que resultaram na vitória de Nicolás Maduro. O antigo governo uruguaio, liderado pelo ex-presidente Luis Lacalle Pou, não reconheceu os resultados do pleito, classificando-o como fraudulento, comparando o regime chavista a uma ditadura e condenando as violações de direitos humanos na Venezuela. Em resposta, Maduro exigiu

a retirada do corpo diplomático uruguaio de Caracas e solicitou o retorno dos diplomatas venezuelanos que se encontravam em Montevidéu. No dia 10 de junho, em declaração à imprensa, o ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Mario Lubetkin, afirmou que estava em diálogo com representantes do governo venezuelano para restabelecer “algum mecanismo consular”, com o objetivo de prestar apoio e assistência aos cerca de 50 mil cidadãos uruguaio que vivem na Venezuela. Ele acrescentou que a retomada das atividades consulares não significava o reconhecimento dos resultados das eleições nem da vitória de Maduro. Segundo Lubetkin, “nós não reconhecemos os resultados das últimas eleições presidenciais e mantemos essa posição, mas [esse fato] não está relacionado a ajudar os cidadãos do ponto de vista consular”. O ministro completou que “a fórmula consular não se liga à representação diplomática, são dois caminhos distintos”. Após dois dias de negociação, os governos emitiram uma nota conjunta declarando: “As chancelarias da Venezuela e do Uruguai informam à opinião pública que, como resultado do trabalho conjunto entre ambas partes, foi decidido reativar nos próximos dias os serviços consulares do Uruguai em Caracas e da Venezuela em Montevidéu para atender às respectivas comunidades”. Essa decisão facilitará os trâmites para as comunidades que vivem no exterior e precisam resolver questões como emissão de passaporte, vistos e assistência consular, além de atender casos mais sensíveis como o de Fabián Buglione, cidadão uruguaio detido desde outubro de 2024 ao tentar entrar na Venezuela.

Fontes: [Grupo R Multimedia](#), 10/06/2025; [Grupo R Multimedia](#), 12/06/2025; [El Nacional](#), 12/06/2025; [El Nacional](#), 12/06/2025; [OperaMundi](#), 12/06/2025.

Presidente Irfaan Ali pede participação chinesa em questões de segurança da Guiana

No dia 5 de junho, a Guiana e a China realizaram uma cerimônia para comemorar o 53º aniversário de relações diplomáticas entre os dois Estados. Durante o evento, a Embaixadora da China na Guiana, Yang Yang, afirmou que a Guiana é uma parceira estratégica na América Latina e no Caribe. Ela também afirmou que Pequim pretende continuar investindo no desenvolvimento econômico da Guiana. Segundo a embaixadora, as colaborações

bilaterais não se limitarão aos setores tradicionais — como energia, mineração, infraestrutura e agricultura —, mas também abrangerão áreas emergentes, como economia digital, desenvolvimento sustentável e inteligência artificial. A Guiana faz parte da iniciativa da Nova Rota da Seda desde 2018 e, desde então, tem recebido cada vez mais capital chinês — os investimentos chineses diretos foram de US\$256 milhões, em 2019, e chegaram a US\$10,6 bilhões, em 2024. Ainda durante a cerimônia, o presidente da Guiana, Irfaan Ali, fez um discurso em que afirmou a amizade e a parceria de benefício mútuo entre os países. No mesmo discurso, Ali chamou atenção para uma questão central na conjuntura recente da Guiana, justamente com a Venezuela e, conseqüentemente, a segurança e a integridade territorial. Apesar da parceria estratégica voltada ao desenvolvimento, a China não tem adotado uma posição inequívoca sobre a disputa em Essequibo — ao contrário de aliados como os Estados Unidos e a Índia, que apoiam explicitamente a soberania da Guiana. Por esse motivo, Ali dirigiu-se à embaixadora para sublinhar a responsabilidade da China na garantia da integridade territorial e na segurança regional da Guiana. Nas palavras do próprio Irfaan Ali: “Embaixadora, já tivemos muitas discussões sobre as formas como podemos fazer avançar a nossa parceria — discussões em torno de todos os aspectos da nossa vida nacional, incluindo as salvaguardas da nossa soberania e integridade territorial, e o papel que a China deve desempenhar para garantir que esta região permaneça pacífica.”

Fontes: [Chinese Embassy in Guyana](#), 06/06/2025; [News Room](#), 07/06/2025; [Kaieteur news](#), 09/06/2025; [O Mundo Diplomático](#), 10/06/2025.

OEA elege candidata dos Estados Unidos para Comissão de Direitos Humanos

No dia 27 de junho, a Organização dos Estados Americanos elegeu a dissidente cubana Rosa María Payá para presidir a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no próximo quadriênio (2026-2029). A disputa para o posto mais alto da CIDH foi atravessada por distintos posicionamentos políticos. Nos últimos meses, Payá se projetou com o apoio do governo dos Estados Unidos, representado pelo Secretário de Estado, Marco Rubio. A representante, fundadora do movimento Cuba Decide e defensora do aumento das sanções contra

as ditaduras da região, atualmente vive na Flórida e compartilha uma visão anticastrista, além de se posicionar contra os regimes de Venezuela, Cuba e Nicarágua. Nas semanas anteriores à eleição, um dos candidatos cotados para a vaga era o brasileiro Fábio Sá e Silva, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e professor da Universidade de Oklahoma, que propunha uma agenda de direitos humanos alinhada com a posição brasileira na região, mais afastada das pretensões de Donald Trump e seus aliados. A virada favorável à candidatura de Payá ocorreu após o discurso do Subsecretário do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Chris Landau, que dirigiu ameaças veladas sobre a interrupção do apoio de Washington à Organização e críticas a sua atuação, nos casos de Venezuela e Haiti. Mesmo com a pressão contrária de Brasil, México, Chile e Colômbia, a eleição de Payá contou com o apoio de 20 dos 32 países representados na OEA. O resultado freou as pretensões brasileiras na organização, mas Fábio de Sá ainda concorrerá a uma terceira vaga na CIDH, em votação que será realizada no dia 11 de julho pela Comissão Permanente.

Fontes: [Veja](#), 22/06/2025; [El Mundo](#), 27/06/2025; [Telesur](#), 27/06/2025; [Infobae](#), 27/06/2025; [El Observador](#), 28/06/2025, [DW](#), 28/06/2025.

